

Espaço Jurídico: Journal of Law [EJLL]

v. 21 n. 2, julho/dezembro 2020



E-ISSN 2179-7943

Espaço Jurídico	Joaçaba	v. 21	n. 2	p. 307-590	jul./dez. 2020
-----------------	---------	-------	------	------------	----------------

© 2020 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Bianca Regina Paganini, Gilvana Toniélo
Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro
Capa: Mix Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E77	<p>Espaço Jurídico / Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2000). – Joaçaba : Editora. Unoesc, 2000- v. ; 26 cm</p> <p>Semestral 2019-; Quadrimestral 2016-2019 ; Semestral 2000-2015; Publicado a partir do v. 13, n. 1 (2012) sob o título: Revista Espaço Jurídico : Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] Modo de acesso: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico Qualis Capes A1 ISSN 1519-5899 – ISSN on-line 2179-7943</p> <p>1. Direito - Periódicos I. Universidade do Oeste de Santa Catarina.</p> <p style="text-align: right;">Doris 340.05</p>
-----	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Editor-Chefe

Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil
marco.cruz@unoesc.edu.br

Editores Adjuntos

Carlos Luiz Strapazzon, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Paulo Júnior Trindade dos Santos, Doutor, Professor da Unoesc
Regina Stela Corrêa Vieira, Doutora, Professora PPGD Unoesc, Brasil
Wilson Steinmetz, Doutor, Professor PPGD UCS (RS) e Unoesc (SC), Brasil

Editores Assistentes

Deise Helena Krantz Lora, Doutora PUC-RS, Professora da Unoesc
Cláudia Cinara Locateli, Doutoranda, Professora da Unoesc
Darléa Carine Palma Mattiello, Doutoranda, Professora da Unoesc
Afonso Carvalho de Oliva, Doutorando Universidade do Minho - Portugal
Michel Ferrari Borges dos Santos, Doutorando Unoesc
Isadora K. Lazaretti, Doutoranda Unoesc
Adriana Martins Ferreira Festugatto, Mestre Unoesc
Gabriel Zottis, Mestrando Unoesc
Guilherme Luiz Guerini, Mestrando Unoesc
Marcelo de Alencar Moura Fé, Mestrando Unoesc
Renan Eduardo da Silva, Mestrando Unoesc
Yana Voos, Mestranda Unoesc

Secretaria da Revista
Natálie Vailatti, Brasil

ejjl@unoesc.edu.br

Endereço eletrônico: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico>

Indexações

FUNDACIÓN DIALNET | UNIVERSIDAD RIOJA, ESPAÑA
<https://dialnet.unirioja.es/>

SUMÁRIOS.ORG | BRASIL
<http://www.sumarios.org/>

ACADEMIC JOURNALS DATABASE
| SWITZERLAND | SUÍÇA
<http://journaldatabase.info>

DIADORIM | BRASIL
<http://diadorim.ibict.br/>

LATINDEX | UNAM, MÉXICO
<http://www.latindex.unam.mx>

ICAP | REDE PERGAMUM | BRASIL
<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>

REDIB | GOVERNO DA ESPAÑA
<https://www.redib.org/>

Missão: A Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] dedica-se, prioritariamente, à publicação de artigos científicos sobre direitos fundamentais. A [EJLL] tem preferência por estudos relativos aos direitos fundamentais sociais e civis estabelecidos em Tratados de Direitos Humanos e em Constituições. Neste âmbito, a EJLL tem especial interesse por trabalhos que adotam a metodologia dogmático-jurídica de análise e de crítica da existência jurídica, da natureza normativa, da estrutura formal, da vigência, de vínculos de obrigações, dos meios jurídicos disponíveis para concretizá-los, de restrições, violações e de responsabilidades por atos ilegítimos que envolvem direitos fundamentais. Por causa da atenção com a efetividade social desses direitos, a EJLL também incentiva a submissão de trabalhos que adotam metodologias de análise e de crítica filosófica de teorias e discursos, bem como trabalhos que adotam metodologias das ciências sociais e que ofereçam análise e crítica de políticas públicas específicas, bem como de práticas sociais (de empresas, de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de indivíduos) relativas esses direitos fundamentais. Terão alta prioridade para publicação os artigos que ofereçam relevantes contribuições para aprimorar o entendimento relativo ao dever de respeito, de proteção jurídica, de não retrocesso e de efetivação progressiva desses direitos.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

A revisão de artigos científicos é realizada pelo método “double blind peer review”. Por esse método, que é também conhecido como de “duplo anonimato”, o autor é anônimo, os avaliadores são anônimos e especialistas na área do artigo. A Revista conta com uma equipe de mais de 80 revisores ad hoc, nacionais e estrangeiros, todos doutores e especialistas nos temas prioritários do periódico. Os revisores podem sugerir a rejeição de artigos, porém com fundamentação. Os originais não são devolvidos. O resultado da avaliação sempre é enviado ao autor. Antes de serem publicados, os artigos aprovados são encaminhados à Editora da Unesco para a revisão final de normalização e formatação. Os autores terão acesso à versão revisada de seus trabalhos e podem fazer ajustes formais nessa última etapa.

ÉTICA DO PEER REVIEW | EJLL:

FINALIDADE. A revisão por pares garante que apenas boas pesquisas sejam publicadas. É também uma forma de melhorar a qualidade das pesquisas, pois os autores recebem as sugestões e críticas formuladas.

ESPECIALIDADE. Ao receber um convite para revisar um artigo da EJLL o revisor deve considerar se “o artigo realmente corresponde à sua área de conhecimento”.

TEMPO ADEQUADO. O revisor deve considerar se “tem tempo para revisar”. Estimamos que demora, em média, três horas para fazer uma revisão adequadamente. Se não puder, o revisor deve comunicar o editor imediatamente e, se possível, ajustar o prazo com o Editor ou recomendar o nome de outros possíveis revisores.

CONFLITO DE INTERESSES: O revisor deve considerar se há algum potencial conflito de interesse. Um conflito de interesse não impede, necessariamente, a revisão de um artigo, mas transparência com o editor possibilita a correta tomada de decisão pela EJLL.

SIGILO: A revisão deve ser conduzida de maneira confidencial. O artigo não deve ser exposto a outras pessoas. Se desejar saber a opinião de colegas a respeito do artigo, o revisor deve comunicar o editor com antecedência.

COMITÊ DE ÉTICA: Pesquisas que envolvem seres humanos ou substâncias humanas como objeto de pesquisa serão avaliadas também, em blind review, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNOESC, nos termos do Art. 3º, II, VI e nos temas do Art. 3º. IX, do Regimento Interno, disponível em:

http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/pesquisa/res.106-consun-2013altera_regimento_interno_comite_etica_em_pesquisa-unoesc_e_hust_1.pdf

PARECER SUFICIENTE. O revisor deve oferecer um parecer simples, claro e completo. Suas recomendações contribuirão para a decisão final a ser tomada pelos editores.

A PRIMEIRA AVALIAÇÃO:

A primeira avaliação do artigo é feita pela Equipe Editorial da Revista, Editor-chefe e Editor de Seção. Avalia-se se o estudo é um avanço legítimo e inovador, se é apresentado de forma clara e concisa, e se está no contexto mais amplo dos desenvolvimentos da área dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

SUMÁRIO

EDITORIAL

Editoração, cultura científica no Brasil e os 20 anos da EJL 313

Direitos humanos e cenário internacional

Revista invasiva (ou revista íntima) e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos 317

Invasive search (or intimate search) and the Inter-American Human Rights System
Henrique Napoleão Alves

A concepção de Jürgen Habermas sobre o direito cosmopolita: premissas filosóficas e pragmáticas de um ideal humanitário 333

Jürgen Habermas's conception on cosmopolitan law: philosophical and pragmatic premises of an humanitarian ideal
Teresinha Inês Teles Pires

A aplicação dos métodos restaurativos na resolução dos conflitos migratórios: do combate à invisibilidade social ao reconhecimento dos direitos humanos dos refugiados e migrantes 353

The application of restorative methods in the resolution of migratory conflicts: from fighting social invisibility to recognizing human rights of refugees and migrants
Luciano de Oliveira Souza Tourinho, Pedro Garrido Rodríguez, Ana Paula da Silva Sotero

Los derechos de la naturaleza: un paso adelante, tres atrás..... 375

The rights of nature: one step forward, three steps backwards
Gina Chávez

Teoria dos direitos fundamentais e interpretação da Constituição

A eficácia da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia à luz da jurisprudência mais recente do Tribunal de Justiça 389

The effectiveness of the EU Charter of Fundamental Rights in view of recent cases of the European Court of Justice
Augusto Aguilar Calahorra

Direitos Fundamentais Sociais

A cultura dos direitos culturais 419

The culture of the cultural rights
Joerg Luther

O Programa de VHC da DNDi e o sistema de propriedade intelectual: uma abordagem de saúde pública para a epidemia de Hepatite C 445

The DNDi's HCV Programme and the intellectual property system: a public health approach to the Hepatitis C epidemic

Marcos Vinício Chein Feres, Leonardo da Silva Sant'Anna, Alan Rossi Silva

O direito fundamental a tratamento não discriminatório como limite para a extinção do contrato de emprego da pessoa com doença geradora de estigma ou preconceito 477

The fundamental right to non-discriminatory treatment as a limit to the extinction of employment contract of the person with disease causing stigma or prejudice

André Luiz Sienkiewicz Machado, Ana Virginia Moreira Gomes

Direitos Fundamentais Civis

Proselitismo religioso do empregado no ambiente de trabalho: a busca por um justo equilíbrio entre a mordaza e o discurso abusivo 523

Religious proselytism of the employee in the workplace: the search for a reasonable legal balance between gag and abusive speech

Aloisio Cristovam dos Santos Junior

Análise de Casos

Protagonismo político-institucional do Supremo Tribunal Federal e Covid-19: uma conjectura a partir da ADPF 669 551

Political-institutional protagonism of the Supreme Federal Court and Covid-19: a conjecture from ADPF 669

Wilson Steinmetz

Cuidado e direitos fundamentais: o caso do habeas corpus coletivo para pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência 563

Care and fundamental rights the case of the collective habeas corpus for parents and careers of children and persons with disabilities

Bruna Angotti, Regina Stela Corrêa Vieira, Robison Tramontina

Resenhas e resumos (livros ou teses de doutorado)

O debate entre Mart Susi (IBF) e Robert Alexy (WF), organizado na obra Proporcionalidade e Internet 577

Lucas Reckziegel Weschenfelder, Luiz Gonzaga Silva Adolfo

A aplicação da mediação à resolução de conflitos ambientais 589

Silvana Raquel Brendler Colombo